ASP ACE 2349/79

CNF

1/1

CONFIDENCIAL

ASP/SNI
002349 13 DEZ.79
A.C.E.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE SÃO PAULO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - AGÊNCIA SÃO PAULO

INFORME Nº 3802/ 116 /ASP/ 79.

DATA: 29 Nov 79.
ASSUNTO: PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

REFERÊNCIA: PB Nº 011/16/AC, de 02 Fev 79.
ORIGEM: ASP/SNI
AVALIAÇÃO: A-1
DIFUSÃO ANTERIOR:
DIFUSÃO: AC/SNI
ANEXOS: Cópia xerográfica do documento "A Plataforma Política do PT"

Em atenção ao documento referenciado, esta Agência informa:

1. Entre as primeiras iniciativas para a organização do Partido dos Trabalhadores, destaca-se a deliberação adotada pelos quase duzentos delegados sindicais presentes ao IX CONGRESSO DOS METALÚRGICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, realizado na cidade paulista de LINS em 24 Jan 79. Os participantes do Congresso, na ocasião aprovaram a proposta de autoria do Sindicato de Santo André, de criação de um Partido de assalariados. Apenas a Comissão representativa dos metalúrgicos de Santos chefiada por ARNALDO GONÇALVES votou contrariamente à tese.

Na oportunidade, os participantes decidiram criar uma comissão formada por um membro de cada um dos trinta e sete sindicatos paulistas presentes, encarregada de, juntamente com representantes de outros segmentos da sociedade, iniciar gestões de âmbito nacional, junto às pretensas bases do Partido, no sentido de sua formação. Nesta ocasião, os delegados presentes ao Congresso, cientes de que a legislação trabalhista proíbe o envolvimento de entidades de classe na luta partidária, decidiram lutar pela extinção dessa "legislação restritiva". Mais duas "bandeiras

- Segue -

CONFIDENCIAL

de luta" foram acrescidas à tese de criação do PT: a campanha pela anistia e a Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

A partir de então e com a adesão das lideranças sindicais mais atuantes em termos políticos a nível nacional, diversos núcleos foram criados no intuito de acelerar a discussão, o debate e a arrecadação de fundos necessários à estruturação partidária, sendo que em São Caetano e São Bernardo, em São Paulo, as movimentações encontram-se em um estágio mais avançado.

2. A idéia de criação do PT vem sendo debatida em diversos eventos de caráter regional e outros de abrangência nacional, em que participaram entre outros, líderes como LUIZ INÁCIO DA SILVA, o"Lula", JACOB BITTAR, OLÍVIO DUTRA. Entre os eventos mais importantes do movimento pró-organização do PT destacam-se:

- IX Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em 24 Jan 79, na cidade de LINS/SP, onde foi lançada a idéia de criação do PT.

- Reunião dos Prefeitos emedebistas da Região paulista do ABCD, com FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, ALMINO AFONSO, LUIZ INÁCIO DA SILVA e outros - Fev 79.

- Reunião no Sindicato dos Petroleiros em Campinas/SP, onde JACOB BITTAR, lançou intempestivamente a idéia de criação do PT - 22 Abr 79.

- Encontro dos Sindicatos, emedebistas e intelectuais "autênticos" em Vila Betânia, Porto Alegre/RS. Foi o prosseguimento das articulações iniciadas no chamado "Encontro de São Bernardo em 01 e 02 Jun 79; ao final do evento foi divulgado um documento denominado "PT - uma proposta de programa" - 21 Jun 79.

- Encontro político-sindical de São Bernardo do Campo/SP, também auto-denominado "Encontro das Oposições Populares", envolvendo lideranças sindicais, políticos emedebistas e intelectuais de oposição. Os idealizadores do referido encontro foram FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, ALMINO AFONSO, AIRTON ESTEVES SOARES e LUIZ INÁCIO DA SILVA.

- Segue -

Estiveram presentes cerca de trinta e cinco líderes sindicais de diversos Estados, além de oitenta e dois parlamentares oposicionistas, ex-cassados, sociólogos, professores, etc. O objetivo do encontro era, em princípio a articulação das forças engajadas na constituição de um partido de linha esquerdista e de forte base parlamentar - 02 e 03 Jun 79.

- X Congresso Nacional dos Metalúrgicos, em Poços de Caldas /MG, com a presença de cerca de quatrocentos e cinquenta delegações sindicais de todo o País. Foram discutidos temas exclusivamente políticos como a Constituinte, a Anistia e a Criação do PT, além de outros de interesse sindical. No encerramento do Congresso, LUIZ INÁCIO DA SILVA declarou que "um Partido de Trabalhadores terá como meta uma sociedade socialista" - 09 Jun 79.

- Ciclo de debates em Criciúma/SC sobre o "MDB e as liberdades dos Trabalhadores". Participaram, entre outros, JACOB BITTAR, LUIZ INÁCIO DA SILVA, JOÃO PAULO. 28 Abr - 01 Mai 79.

- Encontro de Trabalhadores e líderes sindicais em Contagem/MG. Estiveram presentes os articuladores do PT a nível nacional OLÍVIO DUTRA e JACOB BITTAR e a nível regional daquele Estado JOÃO PAULO, WAGNER BENEVIDES, JOÃO SILVEIRA, DIDIMO PAIVA e ARLINDO RAMOS - 28 Jul 79.

- Congresso dos Metalúrgicos de Osasco em Caraguatatuba/SP, onde foram discutidas formas de lançamento oficial do PT - 08 e 09 Set 79.

3. Já se nota no movimento pró-Partido dos Trabalhadores a existência de três correntes diferentes:

- A primeira é representada pela quase totalidade dos dirigentes sindicais autodenominados "autênticos", liderada por LUIZ INÁCIO DA SILVA, JACOB BITTAR, HENOS AMORINA, OLÍVIO DUTRA e PAULO MATTOS, que propõe a imediata estruturação e criação do Partido dos Trabalhadores.

- A segunda é representada pelos dirigentes considerados "pelegos", como JOAQUIM DOS SANTOS ANDRADE, presidente do

- Segue -

Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo/SP, que também são favoráveis à rápida criação do PT, mas não consideram incompatível se alinhar com LEONEL BRIZOLA e outros políticos de linha trabalhista. Essa corrente propõe um partido de cunho social-democrata, assemelhada ao SPD alemão.

- A terceira corrente é a favor da criação do partido desde que, inicialmente, se organize o Movimento Sindical. Propõe que se procure fortalecer o MDB, como único representante político das Oposições e que, após a conquista das chamadas "liberdades democráticas", se crie o PT. Essa corrente é liderada por ARNALDO GONÇALVES, ligado ao CEBRADE/SP e presidente dos Metalúrgicos de Santos/SP.

- Existe ainda uma facção liderada por BENEDITO MARCÍLIO ALVES, deputado federal pelo MDB e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André/SP, que julga que o PT deve ser criado somente após a convocação de uma "Assembléia Nacional Constituinte" onde todos os segmentos sociais pudessem participar.

4. A proposta de criação do PT, tem provocado reações contrárias em determinados grupos da "esquerda tradicional e revolucionária". Algumas Organizações de esquerda já manifestaram seu posicionamento quanto a criação do PT:

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB)

- O PCB já se julga o Partido dos Trabalhadores desde 1922, quando foi criado. Em recente entrevista publicada pelo "Jornal do Brasil", do Rio de Janeiro, o PCB não faz qualquer referência ao PT, como Partido dos Trabalhadores. O PCB quer lutar para deter para si o monopólio da representação da classe operária e conservar a maioria de seus militantes no MDB, até que surja a possibilidade de legalização do Partido Comunista.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B)

- O PC do B está mais preocupado, no momento, em constituir um "Partido Popular" e tende a ver no PT uma ini -

- Segue -

ciativa precipitada e intempestiva.

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8)

- O MR-8 tem, no momento, uma política bastante atrelada ao MDB, embora, teoricamente mais radical que o PCB. Na prática tende a se alinhar com representantes da burguesia dita "progressista", em uma proposta partidária mais ampla que a preconizada pelos idealizadores do PT.

MOVIMENTO PELA EMANCIPAÇÃO DO PROLETARIADO (MEP)

- O MEP, dissidência da Política Operária (POLOP), seria, talvez, das únicas organizações de esquerda a apoiar o PT. O MEP vê na proposta o embrião de uma frente classista, proletária e socialista, apesar de julgar, de certo modo, que o PT tem se mostrado politicamente indefinido e confuso na sua pretensão de partido socialista.

CONVERGÊNCIA SOCIALISTA - PST/EX-LO

- A CS, no seu Programa de Lutas, possui um "ideário" semelhante ao do PT, no que tange ao aspecto trabalhista daquele programa.

5. O Partido dos Trabalhadores conta com apoio de conhecidos esquerdistas, entre outros AURÉLIO PEREZ e AIRTON SOARES, ambos deputados federais pelo MDB/SP. Observa-se que em âmbito nacional o PT é articulado, principalmente por políticos emedebistas pertencentes ao grupo mais radical , também denominado de "autênticos".

ooo

LULA & CIA.

Um novo trabalhismo?

Os dirigentes sindicais afastam-se do velho PTB e partem em busca de seu próprio partido

A cena, na manhã da última quinta-feira, poderia muito bem se passar numa das salas importantes da República — salas onde existe poder ou influência, e onde o tempo do ocupante é disputado com avidez. Em seu largo gabinete no primeiro dos cinco andares do edifício-sede do poderoso Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, cercado pelas chaminés das indústrias que margeiam a via Anchieta, dentro da área metropolitana de São Paulo, Luís Inácio da Silva, o Lula, 33 anos, ligou o interfone negro de sua mesa e transmitiu uma ordem concisa à sua secretária: não poderia atender a mais ninguém naquele dia. É simples. Os horários de sua agenda com capa de couro, àquela altura, estavam inteiramente preenchidos.

Eis aí: mudou o Brasil, mudou o sindicato, mudou seu presidente, e Lula, hoje, tem todos os atributos visíveis de um homem importante neste país. Na quinta-feira, o almoço com Plínio de Arruda Sampaio, antigo chefe democrata-cristão, que marcou data para conhecê-lo, precisou ser cancelado. Repórteres não foram recebidos. E, em volta da sala decorada com folhagens e lambris, havia um intenso vaivém de deputados, de advogados da área trabalhista e de outros dirigentes sindicais. Praticamente só se tratava de um assunto: o PT, isto é, o Partido dos Trabalhadores. E Lula tornou-se a personalidade central dessa articulação.

"Antes, eu falava apenas de questões relacionadas a problemas sindicais", disse ele a VEJA. "Agora, de dez jornalistas que me procuram, nove me fazem perguntas sobre política." Cada vez mais, assim, o líder de 136 000 metalúrgicos de sua região é alçado à condição de peça-chave na reorganização partidária e, talvez a despeito de alguma vontade própria, personagem efetivo da cena política nacional.

IRMO CELSO

Lula em Osasco: agora, nove entre dez perguntas são políticas

ORIGENS — Se Lula não foi o responsável direto pela iniciativa, que coube ao recém-eleito deputado federal Benedito Marcílio — com 41 000 votos —, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, cidade vizinha de São Bernardo, não tardaria a ser colocado no centro dos debates que se seguiriam a respeito da conveniência do lançamento desse partido. "Pensamos em formá-lo desde que, no ano passado, uma comissão de sindicalistas foi a Brasília acompanhar as discussões em torno das reformas políticas", recorda-se Lula. "Foi então que descobri que os trabalhadores não estavam efetivamente representados no Congresso Nacional. Não tínhamos, a rigor, quem defendesse nossos interesses."

Ao mesmo tempo em que os líderes sindicais começavam a se sentir interessados em lançar a semente de um partido próprio, pelo menos em mais duas frentes outros setores tratavam de tomar iniciativas semelhantes. De seu exílio, o ex-governador gaúcho Leonel Brizola, sintonizado com velhos trabalhistas do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, iniciava sua ofensiva em direção à ressurreição do antigo PTB. Na área oficial, enquanto isso, o secretário do Trabalho de São Paulo, o deputado Jorge Maluly Neto, buscava — sem sucesso — o apoio do presidente da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, Argeu Egídio dos Santos, que conta com a fidelidade da maioria dos 38 sindicatos do setor no interior do Estado, para um eventual partido trabalhista. Nenhuma das propostas seduziu as principais lideranças sindicais emergentes de São Paulo, que resolveram agir por conta própria.

OBJETIVOS — Na semana passada, afinal, a idéia dos sindicalistas paulistas parecia ganhar força, mesmo porque alguns deles demonstravam satisfação com a nomeação, para a estratégica Secretaria de Trabalho do Estado, de um profissional de há muito ligado à sua área — o advogado Sebastião Coelho, de 47 anos, assessor jurídico de sindicatos operários de São Paulo, entre eles o dos metalúrgicos, e um dos organizadores do recente encontro de Lins.

Para a terça-feira, por exemplo, véspera, por sinal, do anúncio da escolha de Coelho, estava marcada para Osasco, no oeste da Grande São Paulo, a primeira reunião em que representantes de 31 sindicatos brasileiros passariam a dar forma ao PT. Esse debate fracassou, dominado por divergências — sobretudo quando Arnaldo Gonçalves, líder dos metalúrgicos de Santos, sustentou o ponto de vista de que as oposições devem continuar cerrando fileiras em torno do MDB "até a completa redemocratização do país".

Evidentemente, não é essa a posição de Lula e de sindicalistas que se identificam com sua orientação. "Nos acusam de querer dividir o MDB", desafia ele. "Mas como poderemos fazer isso, se o MDB já está dividido?"

Em todo caso, essa não é a única dificuldade com que se defrontam os dirigentes sindicais paulistas na sua tentativa de organizar o Partido dos Trabalhadores. Eles têm algum apoio em outros Estados, principalmente em Minas Gerais, onde o líder dos trabalhadores do setor petroleiro, Wagner Benevides, como porta-voz de 22 sindicatos, participou do encontro de Osasco, dando o seu apoio ao projeto — e assim, em reuniões intersetoriais e interestaduais, a nova liderança exercita o que, na prática, é o embrião de uma nova Confederação dos Trabalhadores, a CGT. Mas há problemas nada desprezíveis: como, neste momento, formar uma agremiação política legal, dentro das exigências constitucionais? Haveria dois caminhos, ambos difíceis — conseguir a adesão de 10% dos congressistas (7 senadores e 42 deputados federais) ou as assinaturas de 5% dos eleitores que votaram no ano passado (cerca de 2 milhões de pessoas).

DIFICULDADES — Independente de tais questões, o debate ganhou corpo nos últimos dias e, na quinta-feira, a Rádio Bandeirantes de São Paulo levou ao ar, via Embratel, uma discussão entre Lula, Henos Amorina, o senador Franco Montoro, o ex-deputado cassado Mário Covas e o deputado gaúcho João Gilberto com Leonel Brizola — este falando de Lisboa. Num certo momento, Lula chegou a acusar o PTB de ter abrigado latifundiários em seus quadros, e, em resposta, Brizola sugeriu que Lula estudasse um pouco melhor a história do partido. A discussão radiofônica, de qualquer modo, serviu para mostrar que no meio dos sindicalistas há receios de se reaproximarem das teses de Brizola.

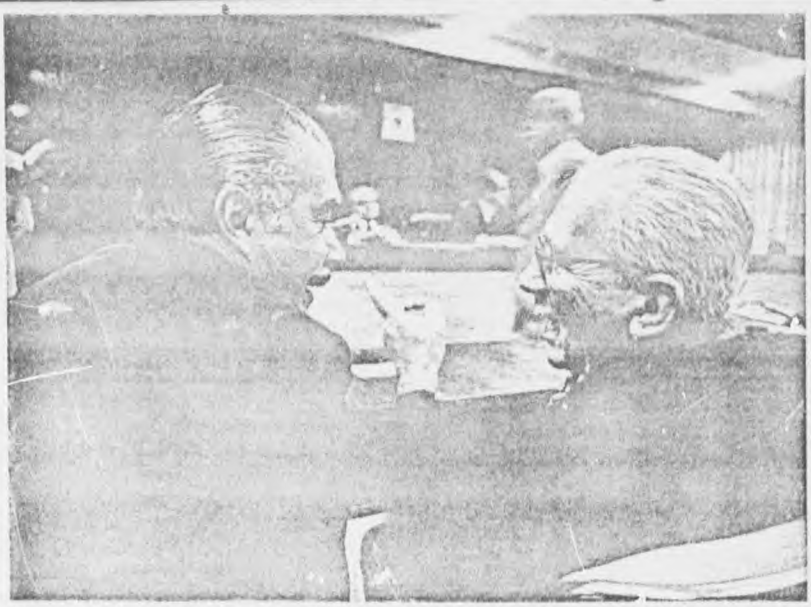
IRMO CELSO

Coelho: uma nomeação estratégica

Um deles, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade — o poderoso "Joaquinzão", conhecido por suas posições conservadoras —, chega a ser radical. "Não queremos ídolos de barro no nosso partido, e nem estamos procurando um dono para ele", ataca Andrade, um aliado de Lula no PT. "Estamos fartos de necrofilia política." Ressentimentos e desconfianças à parte, é difícil supor que tal partido — que pretende defender a reforma agrária, redistribuição de renda, liberdade sindical e salário mínimo nacional, entre outros pontos — possa florescer sem alicerces políticos mais amplos.

É esse, por sinal, o pensamento do ex-deputado petebista e ex-ministro do Trabalho Almino Álvares Affonso, que, da sombra, parece ser o maior animador da idéia — principalmente porque se recusa a aderir à restauração do antigo PTB. "Creio ser algo da maior importância o fato de que os trabalhadores se manifestem no sentido de criar um partido que expresse seus interesses", diz Affonso, que ainda este mês se encontrará na Europa com Brizola e com o ex-governador pernambucano Miguel Arraes. "Porém me parece ser errôneo imaginar um partido só e exclusivamente de trabalhadores." Pode ser. Lula e seus aliados, em todo caso, querem jogar sua própria partida política — e, para o MDB, não está fácil detê-los.

CARLOS MARANHÃO



SALOMON CYTRYNOWICZ

Sarney: "A reorganização política deve se basear no consenso"

PARTIDOS

Vida nova

Sarney assume a Arena e promete ação

Após dez anos de letargia, a Arena começa a exibir algum esforço para colocar-se no alinhamento da atual política brasileira. Esse primeiro sopro de atualização foi proporcionado pelo senador maranhense José Sarney no final da tarde da última quinta-feira, no discurso que proferiu no superlotado auditório Clóvis Beviláqua, no edifício do Senado — ao tomar posse como novo presidente nacional do partido. De surpresa, falando a uma platéia reforçada pela presença de ministros do atual e do próximo governo, entre eles Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil do presidente Geisel, que continuará no cargo com João Baptista Figueiredo, o experiente Sarney revelou sua disposição para guiar a Arena por terrenos distantes da tutela oficial — dar-lhe um papel ativo no processo político.

"Vamos transformar a Arena numa agremiação de tendência centrista, cuja vocação social, política e econômica servirá de sustentáculo na luta contra aqueles que querem destruir os princípios democráticos", prometeu o novo chefe da Arena. "Não obstante a democracia no Brasil ser uma planta tenra", interpretou, "não tenho dúvidas de que o compromisso de redemocratização assumido pelo general Figueiredo seja uma realidade." Pode não ter sido um passo muito grande. Mas "o maior par-

tido do Ocidente", na classificação do antecessor de Sarney, o futuro governador de Minas Gerais, Francelino Pereira, dá alguns sinais de vitalidade. Ao longo de seu discurso, feito de improviso, Sarney ousaria pisar terrenos até há pouco impensáveis no sonolento partido do governo. "Neste momento de transição política", afirmou ele, "a Arena deve se mostrar aberta também aos patriotas que se encontram fora do país por questões políticas, pois se assim não proceder jamais será um partido com equilíbrio."

TOLERÂNCIA — Naturalmente, essa referência suscitaria um indisfarçável mal-estar na platéia, exigindo uma explicação do presidente da Arena: "Houve um problema de interpretação", explicou ele, mais tarde. "Falei dos exilados num contexto no qual eu notava que todos os que estão voltando têm feito autocrítica de sua atuação política anterior. No momento atual considero isso um dado importante, pelo espírito de tolerância e de boa vontade manifestados por muitos que já retornaram. Para esses, a Arena está aberta."

Não há dúvida de que a intervenção de Sarney introduz algo de novo no partido oficial. Para o senador, a morte do AI-5 abriu um amplo espaço para o aprofundamento das reformas políticas, e é esse espaço que uma Arena revitalizada pretende ocupar de forma decidida. "Ao contrário da reforma constitucional do ano passado, que consistiu basicamente num ato de vontade do Palácio do Planalto, a reorganização da vida político-partidária que agora se impõe deve ser alcançada através de um amplo consenso, resultado de debates abertos aos diversos setores da sociedade, num espírito de negociações e transigência", sustenta Sarney.

De fato, ele não está sozinho nessa empreitada. Pois, ainda que tímida, há uma nutrida corrente no partido do governo que considera oportuna a aplicação do programa arenista, ou pelo menos de parte substancial dele, no clima de abertura proposto pelo general Figueiredo.

Da teoria à prática, não são poucas as dificuldades que se opõem a essa modernização da agremiação governista. A principal delas é o fato de o partido concentrar hoje o grosso de seu eleitorado na conservadora região Norte-Nordeste, sem conseguir avançar no moderno Centro-Sul. Não é por acaso que os postos da cúpula do partido estão ocupados por representantes do Norte-Nordeste, com a única exceção da liderança na Câmara, confiada ao gaúcho Nelson Marchezan. Sarney vem do Maranhão, Passarinho, do Pará. E um piauiense, o deputado Flávio Marcílio, ao lado de um baiano, o senador Luís Viana Filho, assumiram na semana passada as presidências da Câmara e do Senado *(veja a reportagem abaixo)*. Com esse time, inteiramente renovado, a Arena promete — menos de quatro meses depois das eleições de novembro passado — recuperar o viço e ocupar o seu espaço. •

SALOMON CYTRYNOWICZ

Marcílio e Levy: depois da batalha pela mesa, os cumprimentos

Destavez,a decisão foinaurna

O deputado paulista Herbert Levy está na Câmara há oito legislaturas e o cearense Flávio Marcílio, há quatro. Essa diferença, contudo, não ajudou Levy na cruzada que, imaginou, iria levá-lo à presidência da Casa, na segunda-feira passada. Animado com sua arrancada na semana que antecedeu a consulta aos 231 parlamentares que formam a maioria arenista, o austero liberal Levy, 67 anos, chegou mesmo a pedir votos a um repórter do jornal *O Correio Braziliense*, confundindo-o com um deputado. No final, Marcílio venceu por 139 a 74 votos — houve dezesseis ausências — ganhou o lugar e foi alegremente cumprimentado pelo adversário.

Esta é a segunda vez que Marcílio, piauiense de 61 anos, primo do senador e futuro ministro Petrônio Portella, ocupa a presidência da Câmara — o segundo posto na linha de sucessão, em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente da República. No biênio 73/74, durante o governo Medici, ele foi designado pelo Palácio do Planalto para o posto, que exerceu sem deixar sinais grandiosos. Agora, os tempos são outros e Marcílio se elegeu prometendo "defender os direitos da Câmara". E certamente terá mais espaço para exercitar sua reconhecida habilidade, comandando o contingente de 2 500 funcionários lotados na Câmara; e distribuir alguns benefícios aos deputados como a concessão de financiamentos a juros baixos para aquisição de apartamentos na capital — negócio garantido pela Caixa Econômica Federal.

Além disso, Marcílio ganha o direito de diretamente nomear cerca de 150 funcionários da Câmara que exercem os valorizados cargos de confiança. Como manda o figurino, todos esses chefes colocaram seus cargos à disposição na semana passada — mas devem ser imediatamente confirmados pelo novo presidente. Para fazer tudo isso, o novo presidente terá à disposição um Galaxie negro equipado com telefone e voltará a ocupar a residência oficial do presidente da Câmara, uma luxuosa mansão plantada na península dos ministros. A criadagem, porém, correrá por conta de Marcílio.

ASP/SNI

TALA MESTRE

pasta n.o

Dados do Protocolo		
Documento	PB.Nº 011/16	-7.FEV79 0197
Data	02 Fev 79	
Origem	AC/SNI	
Assunto	PARTIDO DOS TRABALHADORES	Ref.:

DISTRIBUIÇÃO	GABINETE		SE - INFO - INTERNAS					SE - OP E C/ INFO			SE ARQ-INFO BIOG		SE ADM.		
	ST PROT TRIAG	ST COM	SS ATV POLT	SS ATV SUBV	SS ADM PUBL	SS ATV ECO	SS ATV PSIC	SS OP	SS C/INFO	SS TEC	SS INFO BIOG	SS ARQ	ST FIN MAT.	ST PES	ST ARQ

Data: 07 FEV 79 SS/116

PROVIDÊNCIAS				
Tomar Conhecimento	Falar com a Chefia	Anotar	Processar	Aprofundar
Estudar	Acompanhar	Arquivar	Montar Infão	Integrar

Sr Cel Chefe,
tendo sido atendido o PB e teige F,
propomos arquivamento 29/11/79

Providência Final			
Providenciado a AC em 29 nov 79	Arquivamento Final		
Enc.	Data: -5.DEZ.1979		
Infão	CH ASP	CH GAB	CH SE INFO
Inf/e 3802/116/ASP			

Ciente 7/12/79

CONFIDENCIAL

-7.FEV79 0197

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA CENTRAL

PEDIDO DE BUSCA Nº 011/16/AC/79

DATA : 02 FEV 1979

ASSUNTO : PARTIDO DOS TRABALHADORES

ORIGEM : AC

DIFUSÃO : ASP/SNI

DADOS CONHECIDOS

Em 24 Jan 79, durante a reunião do IX Congresso das Entidades Sindicais dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Estado de SÃO PAULO, realizada em LINS/SP, entre outras proposições , foi aprovada a organização de um partido político de trabalhadores, constituído essencialmente de operários.

DADOS SOLICITADOS

a. Levantar a ideologia do citado partido político de trabalhadores e informar.

b. Outros dados julgados úteis.

* * *

TODA PESSOA QUE TOME CONHECIMENTO DESTE DOCUMENTO FICA RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO (RSAS)

CONFIDENCIAL

MOD 167

DPOP p.29

9 - 2 - 1979

Partido do Trabalhador e Central Sindical

IBIAPABA MARTINS

Também vou meter minha colher nessa polêmica que já vai minguando, sobre a necessidade de um partido dos trabalhadores. Afinal, sou sindicalizado há mais de trinta anos. Vivi sob diversos regimes constitucionais e... constituição que se preze nunca deixa de igualmente meter a colher ou a espada nos diversos nós gordios em que se transformou a questão sindical.

Em 34, por exemplo, a nossa Carta Magna permitia a existência de dois sindicatos ou três ou quatro, para a mesma categoria profissional. A partir de 37, com a "polaquinha", já não se permitiu. Hoje, sopram ventos favoráveis à existência de mais de um sindicato para cada categoria profissional e não esmorecerem os que lutam pelos sindicatos por empresas.

Conforme soprem ventos ou tufões, poderá haver dois ou três sindicatos de jornalistas em São Paulo, quatro ou cinco de metalúrgicos; um sindicato para os trabalhadores católicos, outro para os espíritas, alguns para os trabalhadores negros e, quem sabe, dois ou três no Bairro da Liberdade, que poderiam chamar-se, por exemplo, Sindicato dos Trabalhadores Nipobrasileiros das Empresas Tintureiras, que celebrarão com os sindicatos representativos das categorias econômicas contratos coletivos bem mais vantajosos dos que os celebrados pelo Sindicato dos Trabalhadores Afro-brasileiros nos Transportes de Cargas da Rua Santa Rosa.

Isso é o que avento aventureiramente, porque ninguém sabe para onde irá o sindicalismo. Poderá prosseguir subordinado ao Estado, poderá passar a integrar essa mais poderosa expressão política da Nação que é o Estado ou.. são conjecturas, palpites que eu faço em pleno e desejável regime de liberdade de imprensa, poderão até confrontar com o Estado.

E, quando me refiro ao Estado, peço encarecidamente ao meu leitor que não confunda nem pense que confundo no mesmo conceito Estado e Governo.

Pois bem, vamos à frente, concluindo desde logo o assunto, para comentar o único fato emergente da realidade cotidiana: um Partido dos Trabalhadores, defendido por uns e combatido por outros.

Por ora, o certo mesmo, é que a Constituição da República Federativa do Brasil proíbe qualquer tipo de discriminação, inclusive a chamada discriminação de classe. Daí, a impossibilidade da existência de um trabalhador constituído apenas de trabalhadores e, principalmente se esses trabalhadores forem só os assalariados e mais ainda se forem apenas os assalariados operários.

A Constituição não proíbe no entanto a existência de uma central sindical, um organismo sindical único, que reúna apenas trabalhadores, empregados, liberais ou autônomos, excluídos dessa central os empregadores, o que afinal não constituiria discriminação nenhuma. E a própria Consolidação das Leis do Trabalho não proíbe, embora não preveja a ocorrência de centrais sindicais, objetivo muito justamente visado há muitos e muitos lustros, antes do próprio início deste século, pelos trabalhadores brasileiros.

E, agora, pergunto muito humildemente, porque também quero aprender: esse desejo de criar um partido dos trabalhadores não será um dos sintomas da decepção dos trabalhadores ante os homens que recebem seus votos e vão para o congresso, esquecidos já de promessas feitas aos trabalhadores?

Queixa-se o MDB da tentativa, que se me afigura frustrada no nascedouro mas, afinal, que fez o MDB e que fez a Arena para evitar o esvaziamento da CLT nestes últimos anos? Onde está o direito do trabalhador à indenização? o direito da mulher? do menor? o direito ao trabalho, minado por uma automação vesga e unilateral? Há ou não uma justa decepção dos homens que elegem mas não são eleitos?

E, finalmente, o último palpite: por que os senhores deputados e senadores, favoráveis a um partido dos trabalhadores, ou a um partido trabalhista, e mesmo desfavoráveis e contrários (et pour cause...) não se unem e propõem um acréscimo ao Art. 533 que diz constituírem associações sindicais e grau superior às federações e confederações mas se esquecem das centrais? Por que, heim?

Restrições à criação de um partido para os trabalhadores

P.27

O presidente da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, advogado José Carlos Dias, criticou ontem — "falando em nome pessoal e não como presidente da Comissão" — o partido de trabalhadores, que vem sendo idealizado por alguns líderes sindicais e que, em sua opinião poderá levar ao corporativismo.

"O partido político — disse ele — congrega seguidores de uma mesma linha de pensamento filosófico e político que objetivam uma opção para o regime ou mesmo para uma forma de governo. Um partido exclusivo de uma categoria profissional ou de uma classe limita o alcance do ideal a que se propõe, estabelecendo condições pessoais que desmontariam a natureza antológica de uma agremiação política".

De acordo com o advogado "o partido de trabalhadores é diferente de um partido trabalhista, que defenda e sustente os interesses da classe trabalhadora e ao qual poderão pertencer políticos que não pertencem ao operariado, mas se engajam na sua luta".

Para José Carlos Dias, a preocupação central dos trabalhadores, no momento, deve ser a conquista de seus sindicatos e de instituições que garantam ou pelo menos possibilitam melhor participação política e a luta por suas reivindicações. "Acho — disse o advogado — que os trabalhadores devem participar de partidos políticos, mas não ter um partido exclusivo, que impeça a participação de pessoas não ligadas à classe operária. Para mim, a luta sindical é muito mais premente. A criação de qualquer partido no presente momento poderia facilitar o trabalho de manipulação do regime e esvaziar a frente que o MDB representa.

José Carlos Dias, afirmou que a idéia de criação do partido dos trabalhadores deve ser amadurecida e debatida, para que não venha a ser instrumento de uma tática reacionaria e de neutralização das oposições congregadas hoje no Brasil sob a sigla do MDB, já que os partidos, para serem autênticos, devem nascer após um processo de gestação, dentro da dinâmica de uma democracia que ainda não conquistamos".

ANISTIA

Ao comentar o pronunciamento proferido no dia anterior pelo ministro do Superior Tribunal Militar, general Octavio Rodrigo Jordão Ramos, o presidente da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, elogiou as referências que ele fez à necessidade de restauração do estado de direito, mas criticou a defesa de uma anistia apenas parcial.

Na opinião do sr. José Carlos Dias a verdadeira anistia é ampla geral e irrestrita, para todos os que praticaram crimes políticos, com atos violentos ou não.

DPOP 9/2/79

D. POP 07/2/79

Diário Popular — 7 - 2 - 1979

2 milhões de assinaturas em prol do Partido dos Trabalhadores pretendem os dirigentes sindicais

BRASÍLIA — O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, após audiência com o ministro Arnaldo Prieto, informou ontem que dirigentes sindicais vão se reunir hoje, na Capital paulista, a fim de determinar o mecanismo de coleta dos dois milhões de assinaturas para criação do Partido dos Trabalhadores.

Joaquim dos Santos Andrade disse, também, que "é mera presunção a tese de que a criação do Partido dos Trabalhadores viria enfraquecer o MDB. Não existem dissidentes apenas na Oposição mas, também, na própria ARENA. O MDB tem crescido muito mais pelos erros táticos do partido governista do que por méritos próprios, porque é um partido sem linha, nem carta definida".

Segundo o dirigente, como será difícil conseguir a adesão de oito senadores e 42 deputados, exigência da Lei Orgânica dos Partidos para sua criação, os articuladores do novo partido preferem a subscrição popular, a nível de eleitores.

"Para o Governo — acrescentou — é muito mais fácil enfrentar o MDB do que um Partido dos Trabalhadores. A afirmação de que o Governo estaria deixando correr livre a articulação para a nova agremiação, com o intuito de enfraquecer a Oposição, não procede", disse o dirigente sindical.

Joaquim dos Santos Andrade negou que a ideia da nova agremiação tenha surgido de articulações do ex-secretário de Trabalho de São Paulo, Jorge Maluli Neto — eleito deputado federal nas últimas eleições — embora deixasse claro que o parlamentar ingressará no futuro partido, classificado pelo dirigente sindical como o próprio barco dos trabalhadores.

D. POP 07/02/79

FSP 06/02/79

A Palavra do Leitor

Partido dos Trabalhadores

"Depois de uma saraivada de críticas da imprensa, notadamente dos articulistas da página 2 dessa "Folha", à criação do Partido dos Trabalhadores, sob a orientação das novas lideranças sindicais, até que enfim (ufa!) apareceu um artigo (30/1) do Almino Afonso para colocar os pontos nos is.

"Parece que o ex-ministro do Trabalho está captando os verdadeiros contornos da intenção dos líderes sindicais. Pois, como ele diz no referido artigo, os novos líderes sindicais têm-se mostrado, com seus pronunciamentos e atitudes, politicamente amadurecidos para não criarem um partido que se circunscreva em si próprios, ou seja, que se restrinja aos trabalhadores da indústria.

"Como ficou claro no Congresso de Lins, a intenção é criar um partido voltado aos assalariados (entenda-se: aos de baixos salários) de todas as categorias profissionais e aos marginalizados do sistema econômico. Ou seja, um partido voltado ao povo. E esse partido, por coerência democrática, deverá estar aberto a todos aqueles que desejarem contribuir para a efetivação de seus objetivos (do partido). E isso representará um importante progresso político. Pois aqueles que se dizem defensores das classes exploradas terão que se submeter aos programas partidários traçados por estes, e não como acontece atualmente, com a filiação obrigatória dos representantes das classes populares num partido, o MDB, cujos compromissos com essas classes não estão bem delineados.

"E, ademais, mesmo que não vingue agora o PT, a experiência não será desperdiçada, pois outras tentativas de se criar partidos de baixo para cima, que é o caso do Congresso de Lins e até então praticamente inédito em nossa História, hão de vir."

R. L. (Capital, SP)

É possível democracia por decreto?

Rui Veiga

Na última semana, o controvertido presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, declarou-nos que o partido dos trabalhadores é uma necessidade imediata, uma vez que nem Arena nem MDB são partidos que representam os trabalhadores, o setor mais numeroso e explorado da sociedade.

Não resta a menor dúvida de que os trabalhadores são o setor mais explorado e numeroso da sociedade brasileira. Principalmente, se pensamos em termos da crise "pós-milagre", que nos vem pagando a todos. No entanto, não se pode concluir a partir de tal constatação que a solução do problema da exploração do trabalhador seja resolvida com a criação imediata de um partido dos trabalhadores.

É falso, e taticamente equivocado, acreditar que se um partido desse tipo é criado hoje (supõe-se que seus organizadores já pensaram numa fórmula capaz de burlar a draconiana legislação partidária vigente), teremos imediatamente uma forte agremiação, com penetração de base e com profundo respaldo popular. Aceitar tal tese é o mesmo que acreditar que poderemos eliminar o arbítrio por decreto. Nem parece que estamos numa democracia relativa e que cadáver do AI-5 ainda continua pairando na atmosfera.

Também é discutível dizer que a formação de um partido com cunho trabalhista (a expressão é do dirigente sindical citado) supere a falta de representatividade dos trabalhadores dentro do atual partido oposicionista. Ora, em primeiro lugar. A falta de representatividade dos trabalhadores existe e a direção do MDB até o momento tem-se mostrado pouco propensa a ampliar a participação da mão de obra assalariada dentro dos organismos de decisão partidária. No entanto, isso não significa que o MDB deva ser rene-gado, como querem os dirigentes sindicais alinhados com a posição do partido dos trabalhadores. Estes sindicalistas deveriam se lembrar da origem histórica do MDB e sua evolução no tempo. Por outro lado o partido de oposição não é um partido dos trabalhadores (nada consta no seu programa nesse sentido), nem sua atuação política autoriza alguém a tirar tal conclusão. Quem raciocina dessa forma está completamente equivocado quanto ao uso de MDB, como instrumento político de atuação pela democratização do país.

Sendo assim, somos contrários à tese do partido dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, que não queremos tapar o sol com a peneira, escondendo as graves falhas que existem dentro do MDB em termos de representação dos anseios da classe trabalhadora. Achamos que a discussão sobre pluripartidarismo deve continuar, mas ao mesmo tempo deve se exigir uma prticipação maior dentro da linha política do partido oposicionista.

Darci Ribeiro apóia a nova agremiação

RIO (Sucursal) — Darci Ribeiro, chefe da Casa Civil do governo João Goulart, disse ontem ter acolhido com entusiasmo a idéia dos trabalhadores de se organizarem em torno de um partido próprio — conforme decisão expressa no 9.o Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado de São Paulo — por considerar que no partido idealizado pelos trabalhadores cabem outros segmentos de assalariados e acreditar ser este o ponto de vista do líder sindical Luiz Inácio da Silva.

"Estou longe de acreditar nas caricaturas dos que descrevem Lula como determinado a criar um partido exclusivamente de trabalhadores fabris. Vi Lula duas vezes em atos públicos e tenho dele a melhor das impressões, na realidade o que ele aponta é para um partido de trabalhadores em geral, especialmente assalariados, o que inclui os intelectuais, que não exploram patronalmente o trabalho de ninguém" — disse.

Lembrou que todos os grandes partidos socialistas ou "laboristas" do mundo surgiram da combinação de trabalhadores sindicalizados com intelectuais de orientação socialista. E acrescentou: "Já é tempo de surgir uma coisa assim no Brasil".

Um dos rearticuladores do novo PTB, Darci Ribeiro pretende voltar a atuar na política nacional e diz como vê o MDB hoje:

"Não me identifico mesmo com o MDB, porque o considero uma superestrutura partidária de oposição à ditadura. Não vejo lugar para mim nesse partido, embora tenha desempenhado um papel importante na luta pela democracia. Estou predisposto a me identificar com os esforços para criar um partido trabalhista. A meu juízo, este partido deveria retomar a melhor tradição da política brasileira, que é a do PTB, e somar a ela forças novas como, por exemplo, a dos novos católicos que assumiram responsabilidades sociais. O velho PTB tinha muitas deficiências, mas era visivelmente melhor que a UDN e o PSD" — acentuou.

MONIZ BANDEIRA

Já para o professor Moniz Bandeira, assessor de Leonel Brizola, o partido trabalhista que o ex-governador do Rio Grande do Sul pretende reorganizar é justamente aquele pelo qual se batem os líderes sindicais de São Paulo.

"É preciso deixar bem claro, porém, que os trabalhadores brasileiros não são apenas os operários fabris de São Paulo e que um partido de massas como opção de poder deve abranger todos os assalariados e elementos de outras camadas sociais que aceitem o seu programa em favor de um regime de garantia do trabalhador e de liberdade social" — disse.

Reafirmou que as iniciativas da ex-deputada Ivete Vargas em rearticular um PTB nada têm a ver com os projetos do ex-governador gaúcho: "Procuram confundir propositadamente as iniciativas de Ivete Vargas com as de Brizola, mas posso afirmar com segurança que o que ela faz e exprime não representa os propósitos do ex-governador" — concluiu.

LEGALIDADE DO PCB

José Gomes Talarico, assessor sindical do presidente João Goulart, que participou recentemente do "Simpósio Brasil", organizado pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos em Estocolmo, patrocinado pela Associação Nórdica de Pesquisa sobre a América Latina, fez um relato ontem sobre os principais temas examinados naquele simpósio, que contou com a participação de Leonel Brizola e do líder comunista brasileiro Gregório Bezerra, entre outros.

Revelou Talarico que "a presença de membros do PCB no simpósio e nos debates foram dos mais assinalados, atuando no painel sobre o Movimento Sindical, bem como difundindo a posição desse partido no País".

Disse que Gregório Bezerra ressaltou que os comunistas são democráticos, querem e lutam pelas liberdades democráticas, principalmente em favor da classe operária. Proclamou Bezerra que os comunistas sempre foram a favor e pela organização dos partidos, pela participação do povo na vida política da Nação. Dessa maneira, os comunistas não compreendem a exclusão do PCB no contexto político partidário.

Afirmou ainda Bezerra no simpósio, segundo Talarico, que os comunistas brasileiros nunca entenderam nos 49 anos de luta não ter sido dado o direito de se organizarem partidariamente, pois não entendem democracia com essa discriminação.

Reiterou que lutaram no passado e farão agora pela legalidade do PCB, formulando então um apelo contra a discriminação atual. Ainda segundo Bezerra, as reivindicações levantadas pelos trabalhadores, os congressos operários, os movimentos reivindicatórios e as greves, os congressos em favor da anistia são manifestações concretas dos avanços democráticos no Brasil.

A legalidade do PCB foi colocada no simpósio como avanço democrático imprescindível no processo político brasileiro. Uma conscientização das áreas políticas e populares e reforço de aliança para consolidar as liberdades democráticas, foram colocadas como fundamentais.

Sindicalistas opinam

Dois dirigentes sindicais manifestaram-se ontem, em São Paulo, favoráveis à proposta de criação de um partido dos trabalhadores, apresentada pelos metalúrgicos reunidos em Lins, enquanto outros dois, embora aceitando discussões em torno do assunto, consideraram que o momento não é oportuno para tal iniciativa.

Os sindicalistas que apoiaram a proposta foram os presidentes do Sindicato dos Trabalhdores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas, Waldomiro Macedo, e do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem, Gervásio Pereira da Silva.

Na opinião de Waldomiro, o partido que vier a ser criado deve ser "exclusivamente dos trabalhadores, e não dos que se aproveitam da época de eleições para defender os interesses dos trabalhadores". Segundo ele, "o momento é adequado para que todos os trabalhadores defendam esta tese e cerrem fileiras em torno deste movimento".

Waldomiro Macedo acha que a discussão sobre a formação de um PT deve ser estendida a todos os setores trabalhistas, para que as condições sejam criadas para seu surgimento. Tal partido, a seu ver, "não deve ser ligado a políticos viciados ou que queiram aproveitar-se dos trabalhadores".

Gervásio Pereira da Silva é da mesma opinião, principalmente no sentido de que os próprios trabalhadores devem criar condições para o surgimento do partido. Ele considera que o momento é oportuno, "mas é preciso que os trabalhadores tomem mais consciência da questão". Acredita, por outro lado, que o requisito fundamental para a criação deste partido é que "seja composto por trabalhadores e funcione no sentido de defender as reivindicações dos trabalhadores e não servir-se deles". Por fim, manifestou-se disposto a discutir a questão mais amplamente, ao lado de outras categorias profissionais.

UNIÃO

Já o atual presidente do Sindicato dos Bancários, Francisco Fernandes Teixeira, acredita que este não é o momento para a formação de um PT. Entre outras coisas, argumenta que "a classe trabalhadora ainda não está suficientemente amadurecida para criar seu próprio partpdo. Acha também que um partido dos trabalhadores agora iria esvaziar "o movimento amplo pela democracia".

"O passo agora não é criar um partido só de trabalhadores" — disse Francisco Teixeira —, acrescentando: "Temos que unir forças e engrossar o movimento em prol da abertura democrática, com os trabalhadores integrando-se num partido que defenda a democracia em sua plenitude".

Teixeira acredita, inclusive, que os trabalhadores teriam condições "de ser maioria nos dois partidos atuais, começando por integrar-se naquele que julga defender seus interesses". Lembrando que o futuro presidente Figueiredo prometeu transformar o País numa democracia, Teixeira defendeu a necessidade, de, no estágio atual, lutar pela liberdade sindical, pelo direito de greve, pela negociação direta entre patrões e empregados e pelo restabelecimento pleno das liberdades políticas.

O presidente do Sindicato dos Bancários considera, enfim, que nesta luta estão engajados não apenas os operários, mas os profissionais liberais, os estudantes e até os empresários, muitos dos quais, acredita, "com posições boas".

TEMOR

Para o vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, Fernando Morais, também deputado estadual eleito pelo MDB "seria antidemocrático não defender a criação de um partido de trabalhadores". No entanto, a atual proposta de formação de um PT causou-lhe um "duplo temor".

"Em primeiro lugar me pergunto se debaixo de um regime de força como o que domina o Brasil hoje seria o momento de os trabalhadores criarem seu próprio partido. Até que ponto o regime militar que ainda detém o poder no Brasil permitiria a existência de um partido efetivamente representativo dos interesses da classe trabalhadora? Está provado que este é um regime que em nenhum momento preocupou-se com as reivindicações dos trabalhadores".

Outra questão que preocupa Fernando Morais é relativa à situação do MDB diante da eventual criação de um PT. "Criar hoje outro partido de oposição não seria uma forma de dividir a frente de oposições que se aglutinou em torno do MDB, especialmente após as últimas eleições?" — indagou.

FSP 25/01/79

Doutel quer participação operária

RIO (Sucursal) — Doutel de Andrade, ex-líder do PTB na Câmara dos Deputados, disse ontem acreditar numa próxima convergência entre os idealizadores do novo PTB e do Partido dos Trabalhadores, uma vez que o trabalhismo é um processo em mutação constante e de extrema dinâmica.

"Os trabalhistas, acrescentou, pretendem reconstruir o PTB e transforma-lo num instrumento de luta constante no sentido da construção de uma sociedade democrática e com justiça social. A luz destes objetivos é certo que o futuro PTB e o Partido dos Trabalhadores tem um encontro marcado e marcharão juntos".

Depois de afirmar que a resolução do 9.º Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos no sentido de criar o Partido dos Trabalhadores merece aplausos e estímulos, ponderou sobre dois fatores relativos a continuidade da idéia: "primeiro, a perspectiva de um laborismo de curto fôlego e pouca eficácia política, além de que o futuro partido não deverá limitar a atuação apenas a classe trabalhadora, pois esta circunstância poderia deformar-lhe a configuração democrática". Doutel, contudo, afirmou estar certo de que as lideranças sindicais, por serem inteligentes, saberão evitar o perigo do obreirismo.

Concluiu afirmando que "como trabalhista entendo que os trabalhadores não podem minimizar os seus direitos e reivindicar a níveis de salário e assistência social. Sou de opinião que se impõe a efetiva participação dos trabalhadores no processo de condução política do País".

"SALTO QUALITATIVO"

Para a ex-deputada Rosalice Fernandes, uma das fundadoras do Departamento Trabalhista do MDB de Volta Redonda, a decisão do 9º Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo demonstra que "o processo político revitaliza, na medida em que a classe trabalhadora dá um salto qualitativo ao assumir, por intermédio dos seus mais representativos líderes sindicais e os mais autênticos representantes políticos, a consciência de que já tem força para iniciar a luta pelo poder, através da organização de um partido próprio".

Quanto aos reflexos da criação do Partido dos Trabalhadores na oposição, Rosalice Fernandes observou que "a frente de oposição que participa do MDB começa rapidamente a contagem regressiva dos seus dias, uma vez que ao assumirem a participação política os trabalhadores apressarão a queda da ditadura e o leque de posições reabrirá, para que a classe assalariada escolha as suas alternativas políticas".

PTB

Os intelectuais e o novo PTB

RIO (Sucursal) — Darcy Ribeiro, chefe da casa Civil do governo João Goulart, disse quarta-feira ter acolhido com entusiasmo a idéia dos trabalhadores se organizarem em torno de um partido próprio, conforme decisão expressa no 9. Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado de São Paulo, por considerar que no partido idealizado pelos trabalhadores cabem outros segmentos de assalariados e acredita ser este o ponto de vista do líder sindical Luiz Inácio da Silva.

"Estou longe de acreditar nas caricaturas dos que descrevem Lula como determinado de criar um partido exclusivamente de trabalhadores fabris. Vi Lula duas vezes em atos públicos e tenho dele a melhor das impressões. Na realidade o que ele aponta é para um partido de trabalhadores em geral, especialmente asssalariados, o que inclue os intelectuais, que não exploram patronalmente o trabalho de ninguém", disse.

Lembrou que todos os grandes partidos socialista ou "laboristas" do mundo surgiram da combinação de trabalhadores sindicalizados com intelectuais de orientação socialista. E acrescentou: "já é tempo de surgir uma coisa assim no Brasil".

Um dos rearticuladores do novo PTB, Darcy Ribeiro, pretende voltar a atuar na política nacional e diz como vê o MDB hoje:

"Não me identifico mesmo como MDB porque o considero uma super-estrutura partidária de oposição à ditadura. Não vejo lugar para mim nesse partido, embora tenha desempenhado um papel importante na luta pela democracia. Estou predisposto a me identificar com os esforços para criar um partido trabalhista. A meu juizo este partido deveria retomar a melhor tradição da política brasileira, que é a do PTB, e somar a ela forças novas como, por exemplo, a dos novos católicos que assumiram responsabilidades sociais. O velho PTB tinha muitas deficiências, mas era visivelmente melhor que a UDN e o PSD", acentuou.

Quanto à atuação dos intelectuais na política, entende que há uma predisposição de "militância política" em todo o País.

"Nas universidades e na vida intelectual, meu campo de atuação, sinto por todo País, pois percorri quase todos os Estados, que há um profundo desejo de militância política, de atuação cívica novadora, obviamente não recomendara a juventude universitária ou aos meus companheiros intelectuais e artistas ingressarem no MDB. Vou pedir é que olhem confiante para a promessa de um partido trabalhista, renovado, que surja da união das lideranças sindicais".

IDENTIDADE

Já para o professor Moniz Bandeira, assessor de Leonel Brizola, o partido trabalhista que o ex-governador do Rio Grande do Sul pretende reorganizar é justamente aquele pelo qual se batem os líderes sindicais de São Paulo.

"É preciso deixar bem claro, porém, que os trabalhadores brasileiros não são apenas os operários fabris de São Paulo e que um partido de massas como opção de poder deve abranger todos os assalariados e elementos de outras camadas sociais que aceitem o seu programa em favor de um regime de garantia do trabalhador e de liberdade social", disse.

Reafirmou que as iniciativas da ex-deputada Ivete Vargas em rearticular o PTB nada tem a ver com os projetos do ex-governador gaúcho: "procuram confundir propositadamente as iniciativas de Ivete Vargas com as de Brizola, mas posso afirmar com segurança que o que ela faz e exprime não representa os propósitos do ex-governador", concluiu.

LEGALIDADE DO PCB

José Gomes Talarico, assessor sindical do presidente João Goulart, que participou recentemente do "Simpósio Brasil", organizado pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos em Estocolmo e patrocinado pela Associação Nórdica de Pesquisa sobre a América Latina, fez um relato ontem sobre os principais temas examinados naquele simpósio que contou com a participação de Leonel Brizola e do líder comunista brasileiro Gregório Bezerra, entre outros.

Revelou Talarico que "a presença de membros do PCB no Simpósio e nos debates foram dos mais assinalados, atuando no painel sobre o movimento sindical, bem como difundindo a posição desse partido no País.

Lembrou que Gregório Bezerra ressaltou que os comunistas que eram democráticos, querem e lutam pelas liberdades democráticas, principalmente em favor da classe operária. Proclamou Bezerra que os comunistas sempre foram a favor e pela organização dos partidos, pela participação do povo na vida política da nação. Dessa maneira os comunistas não compreendem a exclusão do PCB no contexto político partidário.

Afirmou ainda Bezerra no simpósio que os comunistas brasileiros nunca entenderam nos 49 anos de luta não ter sido dado o direito de se organizarem partidariamente, pois não entendem democracia com essa discriminação.

Reiterou que lutaram no passado e farão agora pela legalidade do PCB, formulando então um apelo contra a discriminação atual. Ainda segundo Bezerra as reivindicações levantadas pelos trabalhadores, os congressos operários, os movimentos reivindicatórios e as greves, os congressos em favor da anistia são manifestações concretas dos avanços democráticos no Brasil.

A legalidade do PCB foi colocada no Simpósio como avanço democrático imprescindível no processo político brasileiro. Uma conscientização das áreas políticas e populares e o reforçamento de alianças para consolidar as liberdades democráticas tornam-se causas fundamentais.

27-01-79

FOLHA DE S. PAULO

Ari Campista vê como "justa" criação do PT

JULIO DE GRAMMONT
Enviado Especial

LINS — O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Ari Campista, considerado pelos sindicalistas autênticos "o super-pelego do Brasil", declarou ontem que a criação de um partido dos trabalhadores "é uma pretensão muito justa dos metalúrgicos de São aulo". A afirmação do presidente da CNTI foi feita após o encerramento do 9.º Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo, depois de muita insistência dos repórteres que queriam saber sua opinião sobre a criação de um partido de trabalhadores, tese aprovada anteontem pela maioria dos delegados dos 37 sindicatos de metalúrgicos do Estado de São Paulo.

Ari Campista evitou ao máximo prolongar a conversa com os repórteres. Entretanto, disse que "será bom que os trabalhadores tenham representantes políticos de todos os setores da vida nacional".

Indagado se sabia de algum ponto sobre conteúdo da proposta de um partido de trabalhadores, qu entre outras coisas inclui a luta pelas liberdades democráticas, anistia e Assembléia Nacional Constituinte, Campista afirmou apenas que "essas idéias são boas, porém não deixou claro se era ou não a favor".

Com a mesma opinião do delegado do Trabalho, Ari Campista achou que o 9.º Congresso dos Metalúrgicos não infringiu a legislação trabalhista, porque "os dirigentes sindicais não decidiram aqui que o partido dos trabalhadores será criado pelos sindicatos".

VAIAS E APLAUSOS

Ao contrário de Ari Campista, que recebeu vaia dos delegados quando foi chamado a fazer parte da mesa, Benedito Marcílio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Hugo Perez, presidente da Federação das Indústrias Urbanas, e presidente do DIEESE, foram aplaudidos com entusiasmo.

Benedito Marcílio, em seu discurso, declarou que as transformações que o País atravessa hoje estão sendo sentidas pelos trabalhadores. "Assim mesmo, ainda temos as salvaguardas e um decreto lei (1632) para oprimir ainda mais a classe trabalhadora" — declarou.

Para Marcílio, as mudanças não estão sendo feitas pelo povo, somente depois que os trabalhadores voltaram ao cenário político, o governo foi obrigado a ceder".

O presidente do Sindicato de Santo André elogiou "a conduta democrática dos congressistas durante o debate", acrescentando ainda que "este fato marcou o início da luta dos metalúrgicos de São Paulo pela anistia, por uma Assembléia Nacional Constituinte e por eleições livres e diretas".

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, Luiz Carlos Ferreira da Silva afirmou que os trabalhadores estão "agindo certo", porque estão criando "um partido político de baixo para cima, sem conchavos". Foi muito aplaudido quando declarou que "nossos companheiros que trabalham de dia, explorados nas fábricas, andam à noite com medo da Santa Inquisição", acrescentando também que "nós queremos a anistia aos cassados por crimes políticos e uma Assembléia Nacional Constituinte", concluiu.

O presidente da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, depois de afirmar que os princípios democráticos foram aplicados durante o Congresso, disse esperar que na reunião com os 34 sindicatos do Interior, que estão em campanha salarial, "haja o mesmo espírito de democracia e unidade". Segundo informou, a reunião com os sindicatos será no próximo dia 30, na sede da Federação.

Ari Campista

"E o dilema — comentava, satisfeito, um destes próceres — é que o MDB não tem como enfrentar o problema da implosão, satisfatoriamente. Se aplaudir a idéia de fundação de um PTB, se esvazia; se seus adeptos, como está acontecendo, se declararem favoráveis a esse novo partido, podem ser tachados de oportunistas e aventureiros; se combaterem a idéia, correm o risco de ser chamados obscurantistas e perderem o apoio dos trabalhadores."

Tais arenistas assinalam que "essa reviravolta pode surpreender o MDB, não ao Governo, que contava com a situação que agora se delineia dramática para o partido oposicionista".

"Diziam — observou, tem tom de blague, um destes próceres — que a Arena acabaria, depois das eleições, mas o que estamos vendo é muito diferente."

Reconheceu, ao final, que o pior, para o MDB, é que surgiram, nessa agremiação, duas correntes, sobre a idéia de fundação de novos partidos de compromisso com os trabalhadores: uma linha esquerdista, que acha que a oposição, sob a atual legenda, esgotou as possibilidades de atrair apoio popular; e uma linha de direita, para a qual o MDB, por ser uma federação oposicionista, está dominada pelos esquerdas, urgindo, portanto, a organização de um gremio de cunho trabalhista, a fim de contornar a situação.

"É inevitável, portanto — concluiu o prócer governista — que o MDB venha a perder substância, na legislatura prestes a iniciar-se, ficando mais afastado dos trabalhadores brasileiros, em geral."

Autêntico saúda tese metalúrgica

RIO (Sucursal) — O deputado federal Edson Khair, do Grupo Autêntico do MDB Fluminense, saudou ontem o movimento iniciado pelos metalúrgicos de São Paulo para a criação de um partido de trabalhadores como a retomada da organização autônoma dos operários, após a interrupção verificada em 1930".

Ele criticou a atitude dos emedebistas que se manifestaram contra a idéia de um partido de trabalhadores, discordando da tese segundo a qual o MDB deve continuar a existir como uma frente de oposições até o restabelecimento do regime democrático. Lembrou ainda que, inclusive por força do seu programa, favorável ao pluripartidarismo, cabe ao MDB apoiar a reorganização dos trabalhadores.

Emedebista teme certa elitização

BRASILIA (Sucursal) — O deputado Hélio Duque, um dos novos representantes do MDB paranaense na Câmara, advertiu ontem para a possibilidade da concepção obreirista, manifestada pela idéia de criação de um partido exclusivamente de trabalhadores, resultar na elitização de algumas categorias da classe trabalhadora, além de estar prestando um desserviço à etapa atual de luta democrática.

Conforme assinalou, a pura e simples criação de um partido de trabalhadores, com a predominância dos metalúrgicos e químicos, setores que estariam, a seu ver, no topo da pirâmide salarial, gozando de uma situação que não é a mesma da maioria dos trabalhadores brasileiros, estaria criando uma elite dentro da própria classe.

Embora sob outro enfoque, o problema da elitização desse novo partido foi também levantado pelo deputado Odacir Klein, do MDB gaúcho. Lembrou o parlamentar que, pela reforma constitucional do ano passado, um partido, para constituir-se, necessita formalmente do apoio de um determinado número de deputados e se nadores, o que, a seu ver, se daria de forma elitista.

Tanto um quanto o outro entendem que a luta por novos partidos deve se dar quando for alcançado o Estado de Direito pleno. Para Hélio Duque, fora disso qualquer iniciativa de criação de novas legendas significa marchar junto com as teses do chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, com o objetivo de fracionar o MDB.

Odacir Klein também é contra um partido de trabalhadores por considerar que importante num partido político é o seu programa e não a origem profissional de seus integrantes. Um estudante, um intelectual e um profissional liberal podem ter idéias progressistas e posicionar-se em deffesa dos trabalhadores e alguns destes podem ser conservadores, não admitindo reformas sociais — observou. Para ilustrar seu posicionamento, fez a seguinte indagação: "Será que o senhor Ari Campista defende melhor os interesses dos trabalhadores do que Alceu de Amoroso Lima, ou Chico Pinto, ou qualquer estudante progressista?".

Defendendo também a manutenção do atual quadro partidário, até que se restabeleça a democracia plena, o futuro deputado Euclides Scalco, presidente do diretório regional do MDB no Paraná, opinou que o MDB deve continuar absorvendo todos os setores da sociedade que estão em movimentação mais intensa.

Para corresponder aos diferentes setores a ele incorporados — disse Scalco — o MDB deve, se necessário, promover a sua reformulação partidária e ser mais dinâmico na sua atuação. Segundo ele, a legenda da Oposição não pode mais continuar "entrando em férias quando os parlamentares estão de recesso, pois o Parlamento é uma forma de luta e o partido, o condutor de todo o processo político partidário, que é permanente".

"Regras limitam novas formações"

BRASILIA (Sucursal) — O ex-senador Clodomir Millet, arenista maranhense e especialista em legislação eleitoral-partidária, considera quase impossível a criação de novos partidos políticos no caso de uma interpretação restritiva dos dispositivos con[illegible]

talúrgicos de Santo André e Hugo Perez, presidente da Federação das Indústrias Urbanas, e presidente do DIEESE, foram aplaudidos com entusiasmo.

Benedito Marcílio, em seu discurso, declarou que as transformações que o País atravessa hoje estão sendo sentidas pelos trabalhadores. "Assim mesmo, ainda temos as salvaguardas e um decreto lei (1632) para oprimir ainda mais a classe trabalhadora" — declarou.

Para Marcílio, as mudanças "não estão sendo feitas pelo povo, somente depois que os trabalhadores voltaram ao cenário político, o governo foi obrigado a ceder".

O presidente do Sindicato de Santo André elogiou "a conduta democrática dos congressistas durante o debate", acrescentando ainda que "este fato marcou o início da luta dos metalúrgicos de São Paulo pela anistia, por uma Assembléia Nacional Constituinte e por eleições livres e diretas".

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, Luiz Carlos Ferreira da Silva afirmou que os trabalhadores estão "agindo certo", porque estão criando "um partido político de baixo para cima, sem conchavos". Foi muito aplaudido quando declarou que "nossos companheiros que trabalham de dia, explorados nas fábricas, andam à noite com medo da Santa Inquisição", acrescentando também que "nós queremos a anistia aos cassados por crimes políticos e uma Assembléia Nacional Constituinte", concluiu.

O presidente da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, depois de afirmar que os princípios democráticos foram aplicados durante o Congresso, disse esperar que na reunião com os 34 sindicatos do Interior, que estão em campanha salarial, "haja o mesmo espírito de democracia e unidade". Segundo informou, a reunião com os sindicatos será no próximo dia 30, na sede da Federação.

Para o presidente da Federação, "os trabalhadores precisam de um partido político, mas que isso só será possível com a unidade sindical". Segundo ele, "nós atingiremos a unidade, apesar das pessoas lá fora que tentam rebuscar essa nossa decisão".

LULA COM BÓIAS-FRIAS

Ontem, vários dirigentes sindicais ligados ao chamado "grupo autêntico", entre eles Luiz Inácio da Silva, o Lula, estiveram logo pela manhã, às 4 h, em contato com dezenas de bóias-frias, que estavam esperando transporte para o trabalho. A intenção dos dirigentes sindicais foi a de manter contato com esses trabalhadores, "sentir de perto aquilo que já sabemos pelos jornais", explicou Lula. Segundo Luiz Inácio, esses trabalhadores "não têm nem sequer carteira de trabalho, não têm também o mínimo de organização para o crescimento da sua conscientização".

A idéia de visitar os bóias-frias surgiu da discussão da tese aprovada no Congresso que trata da reforma agrária e também vinculada à idéia de unidade dos trabalhadores.

Pela proposta aprovada sobre a reforma agrária, os metalúrgicos entendem que todos os latifúndios improdutivos devem ser desapropriados, que se construam silos e armazéns e que o Governo crie uma política de crédito para os camponeses com taxas de juros mais baixas.

Já o presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo, Roberto Horigute, afirmou que a proposta dos metalúrgicos criou uma grande aliança entre as duas categorias de trabalhadores, e que ela certamente "será muito bem recebida pelos bóias-frias, os autênticos trabalhadores rurais".

Para arenistas, MDB em impasse

BRASÍLIA (Sucursal) — Próceres do Governo praticamente comemoravam, ontem, o impasse do MDB, colocado na defensiva, devido às pressões de diversos setores em favor da organização de um partido trabalhista ou dos trabalhadores, no Brasil.

Dirigentes arenistas comentavam eufóricos — que o partido da oposição, agora, "está sitiado pelas idéias trabalhistas" — [illegible] tom de blague, um destes próceres — que a Arena acabaria, depois das eleições, mas o que estamos vendo é muito diferente."

Reconheceu, ao final, que o pior, para o MDB, é que surgiram, nessa agremiação, duas correntes, sobre a idéia de fundação de novos partidos de compromisso com os trabalhadores: uma linha esquerdista, que acha que a oposição, sob a atual legenda, esgotou as possibilidades de atrair apoio popular; e uma linha de direita, para a qual o MDB, por ser uma federação oposicionista, está dominada pelos esquerdas, urgindo, portanto, a organização de um gremio de cunho trabalhista, a fim de contornar a situação.

"É inevitavel, portanto — concluiu o prócer governista — que o MDB venha a perder substância, na legislatura prestes a iniciar-se, ficando mais afastado dos trabalhadores brasileiros, em geral."

Autêntico saúda tese metalúrgica

RIO (Sucursal) — O deputado federal Edson Khair, do Grupo Autêntico do MDB Fluminense, saudou ontem o movimento iniciado pelos metalúrgicos de São Paulo para a criação de um partido de trabalhadores como a retomada da organização autônoma dos operários, após a interrupção verificada em 1930".

Ele criticou a atitude dos emedebistas que se manifestaram contra a idéia de um partido de trabalhadores, discordando da tese segundo a qual o MDB deve continuar a existir como uma frente de oposições até o restabelecimento do regime democrático. Lembrou ainda que, inclusive por força do seu programa, favorável ao pluripartidarismo, cabe ao MDB apoiar a reorganização dos trabalhadores.

OBREIRISMO

"O que Lula e seus companheiros estão tentando — acrescentou Edson Khair — é a retomada da organização autônoma dos trabalhadores, interrompida em 1930 pelos tenentes, que, ao optarem pela aliança com a oligarquia café-com-leite, esqueceram o seu idealismo".

Assinalou ainda o representante do MDB fluminense que, com o Estado Novo, as reivindicações operárias tiveram o mesmo tratamento de questão de polícia recebido durante a República Velha.

"A diferença é que, a partir do Estado Novo, o Ministério do Trabalho facilitou a tarefa da classe dominante", continuou, referindo-se à manipulação das reivindicações trabalhistas pelo populismo.

Para o deputado Edson Khair, esses antecedentes históricos bastam para refutar a acusação de "obreirismo", dirigida por setores oposicionistas contra os metalúrgicos paulistas. Ressalvou, porém, que não existem precedentes na história de um partido "que não tenha contado com seus intelectuais".

OPERÁRIOS AVANÇARAM

Sobre o caráter de frente das oposições reivindicado pelo MDB, o deputado do Estado do Rio disse tratar-se de "uma afirmação axiomática, sem apoio na realidade".

Criticando seu próprio partido, Edson Khair disse que, "em 15 anos de regime militar, o MDB se manteve unido e nem por isso a ditadura caiu".

Ele acha inclusive que o papel de convergência dos oposições ao atual regime atribuído ao MDB foi superado pelo avanço do movimento operário.

"Não sei como o MDB pode pretender ser o estuário de todas as tendências de oposição do povo brasileiro se, em toda a sua exitência, o MDB nunca teve um projeto para tentar domesticar a feroz concentração de renda imposta pelo regime de 64".

DÚVIDAS

"Se os trabalhadores — concluiu — começaram a construir esse projeto a partir de suas greves e paralisações e acham agora que o caminho é formar o seu partido, não sei como nos considerarmos democratas condenando a pretensão deles".

programa e não à origem profissional de seus integrantes. Um estudante, um intelectual e um profissional liberal podem ter idéias progressistas e posicionar-se em defesa dos trabalhadores e alguns destes podem ser conservadores, não admitindo reformas sociais — observou. Para ilustrar seu posicionamento, fez a seguinte indagação: "Será que o senhor Ari Campista defende melhor os interesses dos trabalhadores do que Alceu de Amoroso Lima, ou Chico Pinto, ou qualquer estudante progressista?".

Defendendo também a manutenção do atual quadro partidário, até que se restabeleça a democracia plena, o futuro deputado Euclides Scalco, presidente do diretório regional do MDB no Paraná, opinou que o MDB deve continuar absorvendo todos os setores da sociedade que estão em movimentação mais intensa.

Para corresponder aos diferentes setores a ele incorporados — disse Scalco — o MDB deve, se necessário, promover a sua reformulação partidária e ser mais dinâmico na sua atuação. Segundo ele, a legenda da Oposição não pode mais continuar "entrando em férias quando os parlamentares estão de recesso, pois o Parlamento é uma forma de luta e o partido, o condutor de todo o processo político partidário, que é permanente".

"Regras limitam novas formações"

BRASÍLIA (Sucursal) — O ex-senador Clodomir Millet, arenista maranhense e especialista em legislação eleitoral-partidária, considera quase impossível a criação de novos partidos políticos no caso de uma interpretação restritiva dos dispositivos constitucionais.

Millet, que foi durante vários anos, procurador da Arena perante a Justiça Eleitoral, sublinha não acreditar que 10% dos senadores e deputados federais recém-eleitos venham a juntar-se, como determina a Constituição, para colocar em funcionamento um novo partido político.

Sustenta o ex-senador do Maranhão que as recentes reformas constitucionais abriram, no entanto, perspectivas que estão escapando aos observadores, face à tendência que se generalizou de considerarem o problema dos novos partidos ainda em função das regras limitativas da Constituição anterior.

"Antes — explicou ele — a Constituição falava, num mesmo artigo (o 152) da organização, funcionamento e extinção de partidos. Hoje, o novo dispositivo separou, expressamente, organizar de funcionar. Para a organização, exige-se o acatamento às regras do regime democrático e representativo, a personalidade jurídica mediante registro, o âmbito nacional e a inexistência de vínculo, de qualquer natureza, com a ação de governos, entidades ou partidos estrangeiros. Quanto ao funcionamento, são duas as alternativas: a filiação de dez por cento de senadores e deputados e o apoio, expresso em votos, de cinco por cento do eleitorado que haja votado na última eleição geral para a Câmara dos deputados, distribuídos em pelo menos nove Estados, com o mínimo de três por cento em cada um deles."

Segundo Millet, a referência a apoio expresso em votos, que não constava da Constituição anterior, permite uma interpretação ampla e liberalizante, em matéria de partidos políticos. Assim, a seu ver, talvez não fosse indispensável que se reunissem dez por cento de deputados e senadores, mas deputados federais que, em seus respectivos Estados, tivessem obtido votação representativa de três por cento do eleitorado, desde que totalizassem, em todo o País, cinco por cento dos votantes da última eleição.

Por essa interpretação, bastaria, segundo Millet, que estivessem de acordo sobre a idéia vinte e cinco deputados federais. Exemplificando, mostrou ele que o número de fundadores poderia até ser menor. Se o deputado Miro Teixeira, com mais de quinhentos mil votos, no Rio; Ademar de Barros, em São Paulo, e mais sete deputados, em Estados diferentes, com votação individual igual ou superior a três por cento dos votos dados para a Câmara, nas respectivas unidades se juntassem, poderiam, perfeitamente, fazer funcionar um novo partido.

PT será menos político do que reivindicador

ELCIAS LUSTOSA
do Sucursal de Brasília

O "Partido dos Trabalhadores" não terá um ideário político definido, devendo assumir característica claramente reivindicatória. Esta será a configuração da agremiação política que pretendem criar os metalúrgicos de São Paulo, e, assim será mantida, caso consigam eles controlar a sua direção a influir nas suas grandes decisões.

A conclusão não reeclama maior investigação sobre o comportamento das atuais lideranças trabalhistas. Basta lembrar a firme oposição de Lula (Luis Inácio da Silva), nas greves de maio do ano passado, à participação de estudantes, religiosos, artistas e intelectuais na luta que iniciavam então os trabalhadores. Não houve ainda maior entusiasmo dos trabalhadores ao apelo da Frente Nacional de Redemocratização que levou o MDB a indicar o general Euler Bentes Monteiro a candidato à Presidência em oposição ao general Figueiredo, a fim de encerrar o longo período de regime autoritário.

As posições dos trabalhadores, pela voz de suas lideranças, ficaram bem definidas, ainda quando em alguma oportunidade foi ressaltado que o interesse deles era uma questão de barriga, ou melhor, os trabalhadores precisavam de salários para ter comida, casa e roupa, antes de tudo. Não existem registros marcando uma posição dos dirigentes sindicais em defesa do MDB, embora tenham ocorrido apoios isolados a alguns de seus candidatos. Houve, sim, muitas manifestações de desconfiança das novas lideranças sindicais quanto a defesa dos interesses dos trabalhadores do MDB, quando poder.

GETULISMO

Os velhos trabalhistas herdeiros de Getúlio Vargas terão muitas dificuldades de conseguir conquistar as novas lideranças sindicais, na medida em que o falecido presidente passou de "pai de trabalhador", como era visto até 64, para autor da "fascista" Consolidação das Leis Trabalhistas. Não há nenhum dos novos líderes sindicais que não saiba que a CLT foi inspirada na "Carta del Lavoro" de Mussolini, na Itália fascista.

Por mais de uma vez, afirmações das novas lideranças sindicais deixaram evidente que todo o esforço será feito no sentido de evitar que os trabalhadores não sejam usados como instrumentos para se galgar o poder — como ocorreu com o velho PTB e o próprio Getúlio — sem que eles conquistem qualquer melhoria substancial; daí o interesse dos trabalhadores de ser poder e fugir à tentação de apenas estar no poder. A reunião dos metalúrgicos em Lins já foi uma prova disto, na medida em que foi possível se chegar a uma posição comum apesar das distâncias ideológicas existentes entre Argeu Egídio dos Santos e Luis Inácio da Silva, bem como de Henos Amorim e Luis Carlos Ferreira, entre outros.

O "Partido do Trabalhador" que se projetou terá objetivos relacionados diretamente com os interesses imediatos, como reformulação da legislação trabalhista, nova política salarial, garantia do direito de greve, reorganização da estrutura fundiária e outras metas puramente reivindicatórias e de defesa dos assalariados. O propósito, em essência, é funcionar como instrumento de pressão e defesa do trabalhador, e, mesmo minoritário, conquistar condições para compor politicamente e obter o máximo possível.

F I M